

# A pobreza do holisticismo

written by Luis Coelho | 13 de Janeiro, 2026

**OCIDADÃO**  
Journalism & Law

**OPINIÃO**  
Luis Coelho



A pós-modernidade veio, há algum tempo, seduzir o modelo biomédico a realizar a sua “*reactualização nostálgica das origens*” (Mircea Eliade), reconstruindo o papel da “*relação terapêutica*”, dum modo tal que não pode, por seu turno, ignorar os perigos de tal “*relegare*”, na provocação de uma subjetividade que obsta ao caminho que se pretende “científico” e definido. De resto, o tema, já por si, convida à dualização moral, à polaridade que arrisca perpetuar-se no “*absurdo*” (Camus).

Esta polaridade poderia ser represada pelo dualismo “Terapeuta vs. paciente”, “Sujeito vs. Objeto” e é contra ela, contra a sua dor, que o terapeuta esgrime o seu método, seu paradigma, tentando seduzir o paciente, convertê-lo, mesmo que de modo melífluo. O intento é desculpabilizador e empreende a aproximação da “impassibilidade”. Não é apenas o caminho do paciente que é respeitado, já que o amor, mesmo o de cunho

terapêutico, é sempre auto-amor; de resto, a conversão do paciente não se faz sem que ambos os agentes façam amor e se preludiem na Unidade incestuosa, que é, no entanto, pecado mortal.

O “Princípio” do terapeuta, também ele paciente, comunica-se na interpretação, na narratologia, na espiritualização, assaz um Placebo com a potencialidade de edificar e contaminar o Sistema. Os pós-modernos dirão poder tal construção submeter a Realidade, com esta a poder, quiçá, vir a expressar novel “ciência”. Dirão, até, que a Realidade não passa de uma cativa da Razão, e que, no limite, “*tudo vale*” (Feyerabend), que é o mesmo que nada valer e conservar-se tudo em transformação, movimento, permanente, desafiando os limites do corpo.

Mas são exactamente os últimos que possibilitam a dualização, a dialética, precisamente na medida em que a dualidade interna visa um equilíbrio definido, que não pode variar para além das regras da vida. Se acontecesse resistir o paciente ao terapeuta placebetário, seria edificado o “*pathos*”, a dor, que, de certa maneira, demarca um conflito, e logo passaria o paciente a agente no sentido da sua própria conquista moral.

A dualização cria a necessidade de responsabilizar, logo tragada ao “outro”. Quando os dois agentes se dialetizam, produz-se ainda mais dualidade, pode até suceder que se gerem vários vórtices de equilíbrio, e cada um tentará sua despolarização por conversão do maior número de sujeitos/pacientes, e isto é infundo, também na medida em que “*tudo é interpretação*” (Foucault), parecerá, talvez, perder-se a categoria nosológica numa mera abstração, já que tudo é abstração.

Às tantas, quando percebemos que o exercício dialético é essencialmente alopático, acabamos por traduzir o processo no ato natural do ceticismo, mas se este não possui um “Princípio” definido, limitar-se-á a durar “ad infinitum”, e o mesmo processo torna-se caricatura do charlatanismo, da

pseudociência, que é o risco mortífero da “Totalidade”; porque esta pretende, na verdade, a morte, não a vida, o absurdo, não a ciência. Se a “Totalidade” enriquece, se ela aparenta trazer as diferentes variáveis envolvidas na Individualidade, se ela nos conta algo que o reducionismo não conta, nem por isso o “Todo maior do que a soma das partes” deve trair as suas componentes.

Pelo que os fatores placebetários não poderão olvidar a sua realização, de resto enformada pela “dor”, a sua redução no polo materialista, que lhe dará a Substância. É justamente neste equilíbrio entre Placebo e reducionismo que consubstanciamos a Unidade, não sem que ela tenha a tentação da “queda” dualizadora num Sistema que pode ser representado pelos polos “espiritual” e “material” em peleja permanente pela pacificação unitária e fenomenológica, guerra que parecerá anquilosar o Sistema, quando, bem vindo, ele está em perpétua transmutação.

A peleja dual, no fundo, a guerra entre “Espírito” e “matéria” teria, assim, que ser equilibrada como se equilibram “Princípio do prazer” e “Princípio da Realidade” (Freud), agindo o “pathos” como princípio transformador, mas, igualmente, enquanto hipótese de realização de um novo Princípio, mas nunca sem que aquele seja excessivo; é preciso que a dor seja útil e não mortífera, é necessário que a dor seja a proa da Consciência, da realização, não que ela destrua o Sistema.

É precisamente a dor “empírica” que tem a função de restringir os excessos terapêuticos, de traduzir o limite “real”, “material”, gorando o equívoco de uma pseudociência que, prometendo antecipar a Unidade, pode matar o ser “vital”, por puro irrealismo. A promessa placebetária de Salvação possui o seu limite na própria Realidade, no “ethos” comum, mas não são as estatísticas que melhor traduzem a última.

As ciências sociais, e muito particularmente a Psicologia,

construíram grande parte do seu arcaboço com base em estudos e abstrações que não possuem falsificabilidade (Popper) possível. Para aquela, o Placebo chega a ser perfeitamente legítimo, porque, bem vindo, não existe um modo de o medir quando é a “Totalidade” que se estuda. E é por isso que parte da Sociologia se rendeu ao método “historicista”, “hermenêutico”. Mas isto é ficar refém da Interpretação, que, de qualquer maneira, se deve expressar somente no plano da relação; por outro lado, se se pretende aceitação absoluta do paciente, no limite a relação perde a relevância. Não há, a bem ver, que sentir-nos culpados por sermos objetivos, porque é esta a realização mais óbvia, e tudo o resto é um risco bem mais complexo e indestrinçável.

Não cabe ao profissional de saúde envolver-se em demasia, a sua relação dual, científica, fisicalista, deve ser priorizada. Vemos, constantemente, que muito do que se faz em Psicoterapia é pura violência; muitos terapeutas, de tanto quererem amar, matar de amor, acabam por violar(-se). Na Fisioterapia, o escândalo está em assumir que existe ciência, quando quase toda a investigação experimental descora o “grupo placebo”.

A aceitação da Subjetividade terapêutica como parte inalienável do processo é a porta de entrada aos perigos maiores do pós-modernismo. A partir daqui, das duas uma, ou esgotamos essa parte tanto quanto possível, para que nos concentremos nos aspetos “físicos”, ou fazemos precisamente o contrário, bem vemos que a circularidade nos vitima constantemente, é também ela que nos põe a pensar nos seus termos, dualizando-nos, remetendo-nos à mesma peleja, à dicotomia, que, de resto, expressa um paradoxo fundo e bastante antigo.